

DEBATE

A IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA

*Mons. Raimundo Possidônio Carrera da Mata*¹

O FATO

A Igreja Católica celebrou, em julho de 2012, os 40 anos do “Documento de Santarém”. O documento é resultado da assembleia realizada pelos Regionais Norte I e Norte II da CNBB, em Santarém, no período de 24 a 30 de maio de 1972. Desde 1952 – lá se vão 60 anos! – os bispos da Região mantêm a “tradição” de encontrar-se para analisar e tomar posição em relação à realidade amazônica, manifestando espírito de unidade e colegialidade, além da responsabilidade comum diante graves problemas da região. Questões sociais discutidas em encontros e debates a partir dos encontros resumidos a seguir:

O *I Encontro Inter-regional dos Bispos* aconteceu entre 2 e 6 de julho de 1952, em Manaus, por ocasião do II Congresso Eucarístico de Manaus, convocado pelo então núncio Apostólico, D. Carlo Chiarlo, com a motivação dada pela Ação Católica Brasileira. A fundação da CNBB só aconteceria meses depois (em 14 de outubro). Nessa oportunidade, os bispos tinham diante de si o plano de integração e valorização da Amazônia promovido pelo governo brasileiro, que levaria, em 1953, à criação da SPVEA (Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e ampliaria a área de execução desse plano para a chamada *Amazônia Legal*, criada em 6 de janeiro de 1953 (mais de 5 mil km,² 59% do território nacional).

O *II Encontro dos Prelados da Amazônia* aconteceu entre 25 e 29 de janeiro de 1954, em Belém, e contou com a presença de D. Helder Câmara, secretário da CNBB. Os temas discutidos foram:

¹ Monsenhor Doutor em História da Igreja (Gregoriana Roma). Mestre em História da Igreja (Gregoriana Roma). Especialista em História da Igreja na América Latina e Brasil pela PUC São Paulo. Filosofia e Teologia no Instituto Regional de Pastoral (Ipar) e Universidade Federal do Pará (Ufpa). Professor de História da Igreja, Religiosidade Popular, Ecumenismo e Cultura Religiosa. Pároco do Santuário de Fátima.

1. A situação jurídica e territorial das prelazias: o que significa *Prelazia nullius*? A resposta encontrada foi: “São dioceses em formação, com características missionárias”; quanto à territorialidade: tratou-se da motorização das Prelazias devido às distâncias para se chegar a determinado ponto do território.

2. Outro assunto foi o apostolado entre os índios: discutiu-se a proposta de aproximação entre a atividade missionária da Igreja junto aos índios e a colaboração com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), mas os bispos não aceitaram o cerceamento de suas atividades diante da autoridade do órgão governamental que trazia os índios sob seu controle.

3. O apostolado entre os civilizados: os bispos fizeram um apelo ao apostolado exercido pelos leigos, tendo em vista a escassez do clero, embora ainda não se tivesse claro o papel do leigo na missão. Só mais tarde é que o Concílio definirá esse papel.

4. A questão do avanço do protestantismo na região: para isso os bispos recomendam a leitura da Bíblia e a realização das Semanas Bíblicas, antecipando em alguns anos o Vaticano II que decidirá por colocar a Bíblia nas mãos do povo (*Dei Verbum*);

5. Formulação de pedido à Santa Sé para a concessão de algumas faculdades ou privilégios concedidos para as terras de missão: a faculdade de celebrar missas vespertinas, e a abreviação do ritual do Batismo nas desobrigas.

6. Outra questão grave tratada foi o problema financeiro: declaram os bispos a insustentabilidade financeira das prelazias.

7. A criação de um Centro Missionário para a formação dos futuros missionários na Amazônia.

8. O relacionamento da Igreja com o governo, especialmente com a SPVEA. Este tema não foi muito aprofundado porque o órgão governamental era ainda muito recente. Por isso, ficou agendado um novo encontro.

O *III Encontro dos Prelados da Amazônia* deu-se entre 5 e 8 de novembro de 1957, em Belém, com o objetivo de concretizar a colaboração entre as prelazias e a SPVEA. Com a presença do nuncio apostólico D. Armando Lombardi e do então presidente da República Juscelino Kubitschek, foram assinados decretos e convênios entre essas instituições. Temas intereclesiais também foram tratados, pois entrou em debate a imensidão das tarefas para tão poucos recursos humanos e materiais:

Pedir à Santa Sé o desdobramento das prelazias, a motorização das prelazias, a criação da radiodifusão para cobrir toda a Amazônia, a fim de proporcionar a

educação de base e a formação cristã, a formação do clero indígena para que, o quanto antes, os filhos da Amazônia respondam pelos destinos espirituais da Amazônia.

O encontro foi marcado por mais um título dado a Nossa Senhora: o de Nossa Senhora da Amazônia!

O *IV Encontro dos Prelados da Amazônia* foi realizado em Belém, em fins de agosto de 1964. Os bispos, a caminho para a terceira sessão do concílio Vaticano II, reuniram-se para discutir o *Plano de Emergência* da CNBB, de 1962, que havia criado o Secretariado Regional para toda a Região Norte, com sede em Belém. Abordando a situação das prelaças, concluíram os bispos pela necessidade urgente de uma ação pastoral vinculada à CNBB, porém com características amazônicas. Por isso decidiram propor à Assembleia da CNBB que se reuniria em Roma, o pedido de criação de um Secretariado Nacional para as Prelaças (SNAP) e o desmembramento do Regional Norte em dois secretariados, o Norte I, com sede em Manaus, e Norte II, com sede em Belém. A VI Assembleia da CNBB (Roma, 1964) aceitou e aprovou a criação do SNAP e o desmembramento. Mas a efetivação dos Secretariados do Regional Norte I e Norte II só aconteceria em 6 de maio de 1966.

Em 1968, num “Memorial dos Bispos e Prelados da Amazônia ao Governo Federal e ao povo amazônico”, os Bispos descrevem a realidade amazônica e seus problemas, de um modo especial o subdesenvolvimento, e revelam suas preocupações baseados nas novas diretrizes do Vaticano II e da encíclica *Populorum Progressio*. Proclamando que “(...)se a Amazônia é um desafio, nós o aceitamos”, os bispos declaram “(...) adotar uma nova maneira de compreender a realidade amazônica, de reformular a nossa estratégia de ação para enfrentar a realidade e desenvolver uma nova atitude para enfrentar os problemas da região”.

Em 1971 (julho) foi realizado o *primeiro seminário sobre a pastoral da Amazônia*, promovido pela CNBB, na casa Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro. Os temas tratados foram: 1) O visível crescimento dos problemas na Amazônia devido à realização do Plano de Integração Nacional, com a construção das estradas e suas consequências; 2) a coordenação dos organismos de pastoral que atuam na região; 3) a carência dos agentes de Pastoral; 4) a elaboração de um plano de pastoral articulado, chamando a atenção para a corresponsabilidade de toda a Igreja; 5) a urgente necessidade de formação para os leigos. O seminário preparou o caminho para a realização da Assembleia de Santarém.

Embora seja comum a Igreja no Brasil reunir-se frequentemente em encontros ou assembleias, é altamente significativo que os bispos de uma Região tão

grande como a nossa mantenham, por seguidos anos, o costume de reunir-se várias vezes para em comum tratar dos problemas da região e assumir posturas pastorais comuns.

O documento está sendo lembrado e celebrado com ênfase porque representa um marco importante na caminhada da Igreja amazônica no seu processo evangelizador-pastoral. A Igreja respondia assim aos grandes desafios impostos pela realidade amazônica e se programava para dar sentido a uma nova fase de sua trajetória histórica, fase essa impulsionada por acontecimentos eclesiais também significativos, como o Concílio Vaticano II (1962-1965), a publicação da encíclica *Populorum Progresio* do papa Paulo VI (1967) e a Assembleia dos bispos do continente latino-americano em Medellín, Colômbia (1968). Cruzavam-se assim dois grandes processos históricos que receberam da Igreja profunda atenção. De um lado, as exigências de renovação e atualização do Concílio e as orientações de Medellín que apontavam para um envolvimento maior com a dolorosa situação de subdesenvolvimento e suas sequelas (injustiças, violências de toda ordem, fome, abandono ...) em nível continental; do outro, os apelos advindos da realidade amazônica que tentava deslanchar um processo de desenvolvimento, quase todo elaborado e programado a partir de fora com a anuência das autoridades e elites locais, abrindo ao capital internacional, e também nacional, as riquezas da grande região adormecida do Norte do país, trazendo consequências desastrosas e sofridas para a maior parte de nossa gente. “Progresso” que só trouxe empobrecimento, marginalização, violência, desenraizamento cultural, expulsão do campo, inchaço urbano, e também morte, muitas mortes. Aliás, este quadro sombrio do nosso “desenvolvimento” continua o mesmo, a testemunhar para a história um projeto falido.

Diante desse quadro, os bispos assumiram pastoralmente quatro prioridades e quatro séries de serviços pastorais, fundamentados em duas *diretrizes*:

1. Encarnação na realidade;
2. Evangelização libertadora.

As *prioridades*:

1. Formação de agentes de pastoral
2. Comunidade cristã de base
3. Pastoral indígena
4. Estradas e outras frentes pioneiras.

Os *serviços*:

1. Organização;
2. Institutos de Pastoral;
3. Assessoria técnica e jurídica;

4. Meios de comunicação social.

Na conclusão do documento, os bispos ressaltam o apoio recebido do Papa Paulo VI (carinhosamente chamado de amigo) que lhes enviou uma mensagem, fazendo alusão ao preceito de Caná, “Fazei tudo o que ele vos disser”. “O que ele vos diz agora? Ele aponta para a Amazônia”, afirmava o papa.² *Surge uma Igreja com rosto Amazônico com o apoio de toda a Igreja.*

Em 1974, num outro encontro realizado em Manaus para avaliar a caminhada realizada, os bispos ratificaram as quatro prioridades já existentes e acrescentaram mais uma: *Juventude.*

OS EFEITOS

Durante todos esses anos, a Igreja amazônica seguiu as orientações do documento de Santarém. Não se pode negar seu efeito. As mudanças foram notórias. Em termos concretos, a fundação do Cenesch (Centro de Estudos e do Comportamento Humano) em Manaus e o Ipar (Instituto de Pastoral Regional) em Belém, e todo o processo formativo dos novos agentes de pastoral para atender aos novos desafios, tarefa essa que proporcionou, sobretudo, a formação, aqui mesmo na região, do clero autóctone e uma melhor qualificação de leigos e leigas que assumiram a animação das comunidades e setores pastorais. Além da criação de instâncias de ação pastoral que traziam a marca desta nova impostação eclesiológica: Cimie CPT, o projeto Igrejas-Irmãs, a pastoral das estradas, as Cebs que se espalharam por toda a região configurando uma Igreja comunidade de comunidades, marca registrada de uma vivência da fé de modo autêntico até hoje insuperável; o Congresso Eucarístico Nacional de Manaus (1975) e outros eventos, foram sinais marcantes deste novo rosto da Igreja. Uma Igreja mais solidária – samaritana –, caminhando com o povo mais sofrido, especialmente índios, agricultores, ribeirinhos... abandonados ao próprio azar. A demonstração disso está nos fatos: bispos, padres, agentes pastorais, religiosas e religiosos fizeram de seu trabalho pastoral-evangelizador anúncio da Boa Nova aos pobres de verdade e denúncia das más condições de vida destes.

Essa nova forma de atuar inevitavelmente levou à ruptura das alianças históricas da Igreja, antigas e novas. Com o regime militar instaurado a

² Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia. IV Encontro da Pastoral da Amazônia, Santarém, maio de 1972.

partir do golpe de 1964, fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional, inicia-se por parte das elites dominantes, sustentadas e acobertadas pela estrutura estatal e alardeadas pelos meios de comunicação, organizada rede de perseguição à Igreja, que ia desde a difamação e descrédito, prisões, inquéritos e até mesmo a morte de pessoas envolvidas com os pobres e oprimidos. Alguns casos mais conhecidos: a expulsão do Pe. James Murray (Santarém), dos padres Aloisio Neno, Diomar Lopes e Moisés Lindoso (Belém), caso Perdidos, que envolveram Pe. Florentino Maboni, D. Estêvão Avelar (Conceição do Araguaia) e D. Alano Pena (Marabá), o caso dos 13 posseiros e os padres Camiou e Goriou (1981). A luta pela terra e a preservação da Amazônia também conheceram seus mártires: o sindicalista Gringo, Sebastião Mearim, Avelino, Zé Piau, João Eduardo, Chico Mendes... padres Josimo e Ezequiel Ramin, Ir. Adelaide e Ir. Creuza, que se juntam a fatos recentes para demonstrar que o sistema político-econômico para a Amazônia continua o mesmo: Corumbiara, Eldorado de Carajás, Ir. Doroty, o trabalho escravo, a favelização das cidades (as maiores favelas do Brasil estão no Norte: Belém, Ananindeua, Marituba).

Muitos destes acontecimentos revelam que a Igreja mudou e essas mudanças atingiram também diversas expressões, como por exemplo: a vida consagrada, evidenciando uma mudança de mentalidade que muito contribuiu para a renovação da própria Igreja: a perda dos privilégios, o compromisso profético, a inserção nos meios populares, o processo formativo especialmente bíblico, a espiritualidade encarnada... o que levou os religiosos e religiosas a pensar mais na missão como parte da natureza de sua vocação do que propriamente a servir um carisma particular. Isso ajudou a Igreja a crescer e a se comprometer mais com a causa do Reino. Embora, em outros aspectos, como a inserção ou evangelização dos âmbitos culturais e sociais deixassem de ter o mesmo ímpeto e dedicação, o que poderia ter sido feito pelos colégios católicos existentes que permaneceram com sua tarefa específica, mas infelizmente isto não foi alcançado. Até mesmo a tentativa da formação dos padres no âmbito da universidade também foi deixada de lado. Hoje lamentamos a ausência da Igreja nos meios acadêmicos!

Os encontros de Santarém e Manaus provocaram uma mudança na Igreja regional: de uma Igreja acentuadamente clerical, pouco a pouco foi abrindo a possibilidade de se tornar uma Igreja mais ministerial, favorecendo o protagonismo de leigos e leigas e a investir mais na formação dos agentes de pastoral locais; ao mesmo tempo representou aos poucos uma ruptura com os tradicionais parceiros, ou seja, os organismos públicos e as classes dominantes,

que utilizavam a Igreja nos seus projetos assistencialistas. Passa-se a ter uma visão mais analítica e crítica dos problemas humanos amazônicos.

Os passos seguintes, dados pela Igreja, de certa forma revelam que ela alcançava o que tanto perseguira no passado: assumir na corresponsabilidade os problemas comuns. Isso fica muito claro nos acontecimentos que sucederam o Encontro de Santarém:³

– O Congresso Eucarístico Nacional de Manaus, em 1975, tendo como tema “O amor exige presença” e como lema: “Repartir o pão”, marcou profundamente a vida pastoral de toda a Igreja da Amazônia.⁴

– Em fevereiro de 1990, houve um novo Encontro de Bispos e Coordenadores de Pastoral dos Regionais Norte I e Norte II em Icoaraci, Belém – *VII encontro inter-regional* – para refletir sobre a caminhada dos dois Regionais a partir dos encontros inter-regionais de Santarém e Manaus. Ele também serviu para definir critérios eclesiais para pensar a ação da Igreja diante do atual modelo de ocupação da Amazônia a partir de dois temas eixos: a *ecologia* e a *Igreja com rosto amazônico*, temas que revelaram a preocupação do Regional com o impacto causado pelos grandes projetos, mineradoras, madeireiras, garimpos etc., no meio ambiente e no ser humano (extinção dos povos indígenas, migrações forçadas, formação de megalópoles, violência urbana e rural, perda de identidade, desintegração da família, narcotráfico, desequilíbrio ecológico etc.); e a preocupação com a inculturação que conduziu a outras preocupações: pastoral urbana e das massas, as seitas, formação do clero autóctone, formação dos agentes de pastoral autóctones, nomeação de

³ Dois acontecimentos foram quase contemporâneos ao encontro de Santarém e expressam uma grande sintonia ou afinidade da Igreja como um todo na sua preocupação pela Amazônia: em 1972 surgiu o projeto “Igrejas-Irmãs”, que visava sensibilizar as dioceses do Brasil sobre as carências da Igreja no norte do Brasil, sobretudo na falta de sacerdotes para cobrir todas as necessidades e demandas pastorais. O projeto visava, por conseguinte, despertar a solidariedade e ajuda através de recursos humanos e materiais. No início, o projeto obteve certa repercussão, o que significou a vinda de muitos missionários e missionárias de outras regiões do Brasil, sobretudo, para as áreas das novas fronteiras agrícolas e populacionais. Com o passar dos anos o projeto foi arrefecendo, mas ultimamente tomou fôlego novamente a partir da preocupação das assembleias anuais da CNBB. O outro evento significativo foi a fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 23 de abril de 1972. Tem como tarefa coordenar as atividades dos missionários entre os índios, oferecendo assistência jurídica e a formação teológica e antropológica dos missionários, preparando-os para tratar junto aos órgãos competentes sobre a causa indígena.

⁴ O Congresso Eucarístico de Manaus foi tão expressivo que até hoje é lembrado, por causa da Oração Eucarística V, proposta pela CNBB, aceita pela Santa Sé e incorporado no Missal Romano utilizado no Brasil. Fato inédito!

bispos, meios intelectuais, reflexão e perspectiva pastoral, Doutrina Social da Igreja, cultura adveniente, dependência econômica, desencontro entre linhas pastorais, poder e ministérios.

– Desse Encontro resultou um documento: “Em defesa da Vida na Amazônia” e também a proposta de um Manifesto ecológico, que foi realizado em Assis, nos dias 23 e 24 de maio de 1990, chamado o “Grito da Igreja em defesa da vida na Amazônia”:

Adorar o Pai ‘em espírito e verdade’ (Jo 4, 23) também é engajar-se para que a obra do Criador seja respeitada em sua grandeza, beleza e harmonia. ‘Praticar a verdadeira religião’ (Tg 1, 27) é solidarizar-se com os últimos, é hoje assumir a defesa do meio ambiente e comprometer-se com a defesa da vida e viver o Plano do Pai.⁵

– 1997: novo encontro Inter-regional em Manaus para celebrar os 25 anos do Documento de Santarém. Confirmação de uma linha evangelizadora-pastoral, de uma mística amazônica diante de um quadro que não mudou muito em 25 anos. Em certos aspectos, produziu mais exclusão e violência. Do encontro saiu um belo documento: *“a Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”*. Eis a síntese:

- Memória: de Santarém a Manaus; uma Igreja que busca comunhão, uma Igreja que pede perdão, uma Igreja que louva e agradece a Deus;
- O rosto da nossa Igreja (atitudes fundamentais inspiradoras da evangelização): Igreja: discípula da Palavra;
- Igreja: testemunha do diálogo, Igreja: servidora e defensora da vida, Igreja: irmã da criação;
- Perspectivas evangelizadoras: inculturação, cidadania, formação, anúncio central da Boa Nova.⁶

A IGREJA DO BRASIL E A QUESTÃO AMAZÔNICA

A partir de um apelo dramático de D. Erwin Kräutler, Bispo Prelado do Xingu, durante a 37ª Assembleia Nacional da CNBB, de 1999, os bispos lançaram uma mensagem ao Povo de Deus e ao Brasil assumindo a problemática

⁵ Extraído do manifesto do Regional: “Em defesa da vida na Amazônia”, fevereiro de 1990.

⁶ A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia. Documento da Assembleia dos Regionais Norte I e II da CNBB. Manaus, 1977.

amazônica. Neste documento aparece pela primeira vez a questão da água, como fonte de vida e riqueza que está sendo ameaçada. “A Igreja e a questão da Amazônia”: a Amazônia não pode ser esquecida, marginalizada e excluída dos planos, dos projetos e do coração de todos. A Amazônia é Brasil.

A declaração destaca, entre outras questões:

1. A Amazônia sempre foi olhada, pensada e explorada a partir de interesses externos à região contra a vida dos amazônidas; 2. A exploração realizada ignora a existência dos povos da Amazônia, polui os rios, destrói a mata, (seringais e castanheiras), afugentam e subjagam os povos da região; 3. Denunciam a ilegalidade da exploração da madeira, ao crescimento do latifúndio, a erradicação de espécies como a seringueira, a castanheira e o açaí; 4. Alertam para a privatização das águas e a dilapidação da riqueza mineral, chamando a atenção para a biopirataria; 5. Destacam o papel quase de omissão do governo federal; 6. Apenam para a construção de um governo justo com a participação da população através de suas organizações; 7. Pedem apoio às iniciativas dos próprios povos da floresta em vista de sua sustentabilidade.

CRIAÇÃO DA COMISSÃO EPISCOPAL ESPECIAL PARA A AMAZÔNIA

Os apelos dos bispos da região sensibilizaram a presidência da CNBB nacional que, depois de visitar a região, criou uma Comissão Episcopal para a Amazônia. Entre as suas realizações concretas cabe destacar:

- Celebração do Mutirão pela Amazônia, realizado em Brasília, em 2005, com a presença de representantes de todos os regionais do Brasil;
- Revitalização do Projeto Igrejas-Irmãs, envolvendo os regionais e a CRB;
- Escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 2007 sobre a Amazônia: “Vida e Missão neste chão”

Em 2002 foi criado um novo Regional: Noroeste (Acre, Rondônia e parte do Amazonas) No ano de 2007 (setembro), tendo como referência a Assembleia de Aparecida, celebrou-se em Manaus mais um encontro inter-regional que gerou um documento intitulado: discípulos missionários na Amazônia. Eis um resumo:

Em nossa missão anunciamos Jesus Cristo, Aquele que veio para ‘proclamar a Boa Nova aos pobres’ (Lc 4, 18), e o seguimos como discípulos-missionários até os confins de nossos rios e igarapés, estradas e vicinais, cidades e vilas, malocas e tapiris desta vasta Amazônia: Jesus Cristo, nossa esperança e única salvação.

Do Vaticano II (1962-1965) herdamos a visão de uma Igreja que afirma a sua natureza missionária (cf. AG 2). A V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (13-31/5/2007) deu continuidade aos ensinamentos do Concílio e do magistério latino-americano, aprofundou essa caminhada e apresentou em seu texto conclusivo, chamado Documento de Aparecida (DA), um novo capítulo contextualizando a missão (DA 9). Neste IX Encontro Inter-Regional de Bispos da Amazônia, de acordo com nossos encontros anteriores, dentre os quais destacamos os de Santarém (1972), e Manaus (1997), assumimos, com Aparecida, a missão como paradigma pastoral, síntese de nossa caminhada e chave de leitura da nossa realidade (Cf. DA 347).

O Deus da vida é a razão de ser de todas as coisas criadas. A criação da mulher e do homem à semelhança de Deus e a encarnação do amor redentor de Jesus até a cruz fundamentam nosso compromisso com a realidade do mundo e com o sofrimento dos pobres e dos outros (DA 491). Jesus de Nazaré nos revelou o mistério da comunhão trinitária de Deus como origem da missão (109) que assumimos em comunidade: 'No povo de Deus, a comunhão e a missão estão profundamente unidas entre si (...). A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão' (ChL 32; DA 163).

Para poder responder às grandes transformações e desafios da Amazônia, nossa Igreja precisa de muitos braços. Impelidos pelo Espírito, assumimos o compromisso de nos empenhar para que os batizados tornem-se discípulos e missionários de Jesus Cristo (DA 144, 278), e os que não o conheçam o acolham e cheguem ao conhecimento da verdade (cf. 1Tm 2,4). Segundo Aparecida, a Igreja local missionária, não é algo extraordinário, mas o novo padrão pastoral. Somos uma Igreja 'em estado de missão' (DA 213). Essa missão tem dois movimentos: o envio até as mais distantes aldeias e povoados e a convocação dos que estão nos últimos lugares para formar comunidades, para que não haja mais excluídos, nem primeiros e privilegiados (Discípulos Missionários na Amazônia. Documento do IX Encontro dos Bispos da Amazônia. Manaus, 2007).

DESAFIOS SEMPRE PRESENTES

Não restam dúvidas de que assistimos a um grande movimento de mudança em escala mundial que atinge todas as realidades do mundo em que vivemos. A América Latina foi afetada por estas mudanças. Esse processo histórico atinge a Igreja também. Desde Puebla (1979) sentimos uma reorientação nos rumos da caminhada eclesial. A saudade do passado que se revela na formação sacerdotal, nas celebrações... é a tônica dos últimos tempos. Há um enfraquecimento da postura profética – com raríssimas exceções... ainda vivas! – e um fortalecimento do aspecto da organização/administração. Nossas melhores forças estão sendo gastas na pesada armadura da administração e da infraestrutura de nossas igrejas e instituições.

Para falar de desafios, creio que precisamos retomar algumas questões que sempre aparecem num momento como este e que precisamos aprofundar para podermos encontrar os melhores caminhos para a realização da missão da Igreja no contexto atual da região (esses desafios são resultado de análises feitas por alguns pastoralistas e pessoas preocupadas com a situação atual da Igreja na região).

Desafio do clero local e brasileiro

Os missionários do passado e do presente plantaram na Amazônia, com grandes sacrifícios, com muitos fracassos, e inclusive com martírio, a semente do Evangelho. Herdeiras do heroico trabalho pioneiro, muitas Igrejas locais amazônicas ainda continuam a ser prelazias e igrejas em formação, sem clero próprio e suficiente. Enquanto as religiosas da Amazônia já são brasileiras na maioria, ainda não acontece com os religiosos e padres diocesanos. Está na hora dos filhos do Brasil ficarem ao lado de tantos missionários, chegados do exterior, que aqui ainda continuam a ser maioria. Daí pensar: como formar de verdade os padres autóctones que surgem, como vão trabalhar, com quem, como sustentá-los, quais estruturas de apoio, de espiritualidade, de lazer, de reciclagem?

Desafio das igrejas evangélicas

Por que surgem tantas “seitas” ou expressões religiosas que arrebataam nossas lideranças comunitárias e as transformam em líderes religiosos seus? Ao longo de nossos rios e estradas, nos becos e vielas das cidades (grandes e pequenas), vilas e povoados, há dezenas de comunidades evangélicas com seus templos abertos todos os dias/noites para cultos da Palavra, enquanto nossas capelas estão fechadas e quando muito só são usadas aos finais de semana?

Com toda nossa boa vontade de inserção na cultura e na língua do lugar, estrangeiro sempre é estrangeiro. E este é mais um motivo da incompreensão e do distanciamento com o povo, que nem sempre entende por que os padres brasileiros não vêm atendê-lo aqui. Por outro lado, os migrantes deixaram para trás a região de origem, trocaram de casa, de terra, de cidade... E muitos também trocam de religião! (às vezes porque vem um pastor acompanhando ou porque não encontram a presença da Igreja nos lugares aonde chegam). Os Estados amazônicos mais afetados pela migração contam-se também entre aqueles onde o pentecostalismo mostrou faces mais agressivas e proselitistas,

avançando nas zonas de nova ocupação, onde os católicos demoraram a dar atendimento religioso.

Desafio da migração

A migração que a Amazônia recebeu com maior intensidade nas décadas de 1970 e 1980 foi um imenso desafio que ainda continua: a população de Rondônia teve anos que cresceu num pavoroso 16% anual. De dois municípios, passou para os 58 atuais. Cidades nasceram e se formaram onde vinte anos atrás não existia nada. O povo migrou para a Amazônia, porém, a Igreja do Brasil acompanhou com dificuldade esta mudança. Quem iria atender às centenas de novas comunidades e às cidades que estavam se formando? Hoje, a um ritmo mais lento, a migração continua: cidades continuam a aparecer, e novos bairros a engrossar as cidades existentes, pois as cidades da região Norte foram as que mais cresceram no Brasil na última década.

Há cidades novas, com 25 a 30 mil habitantes, sem um padre sequer. Em algumas, trabalham irmãs intercongregacionais. Em tais cidades há pouca juventude, pois os jovens invadem as grandes e médias cidades em busca de escolas e trabalho. Muitos jovens, por falta de perspectivas, caem no problema crônico da embriaguez ou de outras drogas. São as maiores vítimas da onda de violência das nossas cidades.

Desafio do meio ambiente

Temos consciência para perceber a tragédia que representa a devastação ambiental? Enquanto o desmatamento avança, consola-nos ver famílias de colonos felizes por terem conseguido finalmente o seu pedaço de chão. O ambiente ainda fica irrespirável na época das queimadas, porém, a tristeza das derrubadas se compensa pela fartura da produção dos primeiros anos. O tráfico de caminhões cheios de imensas toras de madeira se contrabalança quando a madeira é a principal fonte de emprego nas cidades. Porém, logo chega a hora do êxodo, da crise, de ter de ir embora e começar tudo de novo. A natureza não perdoa.

Desafio da estabilidade

Mais do que em agricultores, muitos colonos se convertem em desbravadores da mata: depois da época mais difícil, quando as coisas começam a ficar bem, eles vendem o terreno e vão-se embora! A maioria dos migrantes

não consegue ficar muito tempo no mesmo lugar. Isto afeta profundamente a estrutura das comunidades e das paróquias, que têm investido prioritariamente na formação de lideranças leigas, nas Comunidades Eclesiais de Base e nas pastorais. O movimento de lideranças é contínuo. E a instabilidade afeta também as comunidades religiosas: quantos padres e irmãs já “passaram” por aqui! A igreja local vive de padres, de irmãs e de missionários “emprestados”: quando são reclamados, eles têm que voltar a suas igrejas de origem.

Desafio da sustentabilidade econômica

Enquanto os missionários vinham do exterior, ficava mais fácil buscar nas igrejas de origem recursos generosos para atender as necessidades mais peremptórias. Com o esforço do povo e a ajuda estrangeira, construíram-se muitas igrejas e estruturaram-se paróquias. Porém, depois, torna-se difícil continuar a manter e sustentar com recursos próprios.

Grande parte da ação pastoral/evangelização regional passa pelos leigos e leigas. Que condições, de fato, damos aos leigos e leigas para que se formem adequadamente e assumam papéis de verdadeira liderança dentro das comunidades, sobretudo as mais distantes dos centros paroquiais?

Desafio das comunidades tradicionais (povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, comunidades rurais, seringueiros)

No interior, às margens dos rios e afluentes, continua vivendo grande parte das populações tradicionais, pressionada pela frente colonizadora. Esses povos, em muitos lugares, têm se convertido em minorias. Pressionados por colonos e por fazendeiros, os grileiros invadem suas terras e madeireiros sem escrúpulos penetram em suas reservas. Ribeirinhos e indígenas muitas vezes ficam abandonados até pela Igreja, que apenas dá conta de chegar até onde eles se encontram. Dessa maneira, deixa de ser aliada deles contra as calamidades da degradação ambiental e social do entorno; de responder aos desafios da inculturação, do respeito e do diálogo religioso; e, ao mesmo tempo, de dar resposta adequadamente às suas necessidades religiosas e anseios de evangelização.

Desafio da violência

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgaram recentemente levantamentos sobre a violência e a instabi-

lidade em áreas amazônicas. Os crimes de pistolagem na região apresentaram avanço considerável no último ano. A violência é generalizada principalmente nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. As localidades apresentaram maiores índices de crimes praticados por “jagunços”, contratados por grandes proprietários de terra e madeireiros, para ameaçar trabalhadores rurais e ribeirinhos em áreas de conflitos, proteção ambiental e terras dos povos indígenas. Em 2011, os nove Estados da Amazônia acumularam um total de 39.865 vítimas de crimes.

Desafio da inculturação

Há um variado leque de culturas na Amazônia. Não basta ter nascido aqui ou ser brasileiro para entender o povo. Nossas atitudes, nossa organização, nossa linguagem e simbologias passam ao largo destes dados culturais. O mais importante neste aspecto é ser capaz de inculturar-se. Conseguiremos realizar este processo, levando-se em conta que nosso povo teve e tem sua maneira própria de assimilar os dados da fé, formando um catolicismo quase que autônomo, independente da autoridade clerical (“religião sem padres”), religião de interesse e refúgio, capaz de acomodar-se – temporariamente – a certas propostas pastorais ou de grupos evangelizadores?

Para nossa gente há aspectos da sua vida que são mais importantes e que não percebemos.

Este problema se avoluma na medida em que outras questões aparecem, velhas e novas, e que nos ajudam a entender que estamos diante de *temporalidades históricas diferentes*.⁷ Apesar de sermos uma região que tem aspectos

⁷ Sobre o *tempo*, há uma interessante análise que diz: houve um momento da história em que o tempo era condicionado pelos ciclos da natureza (estações do ano, fases da lua, solstícios), como também pela geografia... que condicionavam o comportamento humano, estabeleciam normas, festas, o calendário, controlavam a agricultura...). As coisas aconteciam envolvidas por um “*de ja vu*”, um retorno cíclico... Dava-se um valor muito grande ao passado, pois ele pode retornar. O futuro... Ah! Quando Deus quiser. Depois, na época moderna, o tempo era linear, matemático, a característica principal é a mecanicidade: o controlador das nossas vidas em sociedade era (ainda é) o relógio. Temos um passado e um presente; o futuro... está sendo construído. Hoje o tempo mudou: o tempo é fugaz, é virtual: as coisas são movidas pela rapidez da formação (e da formação que também está mudando), relógio é coisa do passado... não há mais um dia, uma tarde, uma noite. As novas tecnologias controlam e condicionam a vida pessoal e social (isto ainda existe?). Ou trocam-se os tempos, o dia pela noite. Passado, presente, futuro? Só existe o futuro, que é agora, o hoje. As religiões foram condicionadas por esse processo histórico do tempo desde a proposta de um Deus

originais que lhe dão unidade e comunhão, a *diversidade*– religiosa e cultural – hoje em dia é notória. Hoje, o fenômeno acelerado da urbanização/ metropolização – e a expansão do agronegócio e das fronteiras econômicas, os grandes projetos e a construção das hidrelétricas com suas sequelas constituem os grandes desafios para a Igreja regional. A sociodiversidade decorrente dos processos migratórios, também provocou mudanças na vivência religiosa e cultural na Amazônia.

Mas ainda permanece um ritmo próprio do mundo amazônico, uma forma de se relacionar com o tempo, incompreensível pela maioria dos agentes de pastoral (os de ontem e os de hoje também). Os processos rápidos de mudança provocam conflitos e não consideram mais a Igreja e sua doutrina referência básica para se tomar decisões ou enveredar por um caminho de justiça e solidariedade. A situação da violência do contexto urbano e do domínio de um sistema único de mercado, o individualismo típico da cultura/ sociedade pós-moderna destroem os laços e as relações tradicionais: a *família* e a *natureza* são as mais visíveis, o que inclui o mundo dos povos indígenas, dos caboclos, seringueiros, agricultores, ribeirinhos... Tudo é desagregado e desestruturado inapelavelmente; provocam também uma *crise da esperança*, pois rouba os *sonhos*, as aspirações, desorganizando as lutas, abrindo espaços

onipresente, criador de tudo... controlador de tudo. A modernidade abstrai a ideia de Deus, chegando não só a querer tirá-lo das nossas consciências, mas até mesmo “matá-lo”. A pós-modernidade para abalar de vez certos domínios, criou a divindade a gosto do freguês: uma divindade (e uma religião) ao gosto do indivíduo a partir de suas necessidades, anseios, sonhos. É a cultura/religião do EGO: Deus à disposição do ser humano, à sua imagem e semelhança: o MEU Deus – que ME ouve, que ME ama (ninguém te ama como EU), que ME perdoa... O individualismo faz com que a pessoa, centrada sobre si mesma, perca o contato com a realidade. Torna-se egocêntrica e narcisista. Isso causa doenças mentais, neuróticas e psicóticas. Os tempos mudaram também a relação entre as pessoas e sua vida em sociedade (o mundo urbano): antes buscava-se soluções na sociedade, com a luta de todos, com as organizações sociais para os problemas sociais, coletivos (o conceito de Direitos Humanos, a luta pela transformação da sociedade, a Igreja elaborou uma Doutrina Social...). Hoje, buscam-se soluções individuais para problemas sociais, coletivos. O individualismo ceifa a vida de milhões de pessoas a cada dia, porque o que não combinar com essa estratégia de alcance puramente pessoal, o que atrapalha, deve ser descartado... está ‘marcado para morrer’: crianças, idosos, os pobres, a natureza, populações inteiras! As religiões estão oferecendo novas espiritualidades, milagres, novos ministérios (bispos, apóstolos, missionários), novas comunidades... em nome de Deus! Que Deus? O *marketing* se torna uma estratégia empresarial que sacraliza a autonomia do indivíduo até no seu relacionamento com Deus (“*marketing* religioso”: vende pra caramba!). Como superar essa “tirania do ego”?

para os messianismos político e religioso ou para os milenarismos alienantes e vazios de sentido.

Esta realidade expressa o desafio a ser enfrentado pela Igreja Católica na região, seja no que se refere à identificação das principais necessidades subjetivas dos fiéis, sua busca do sagrado e sua noção de vínculo com as igrejas tradicionais, como também coloca-se para o catolicismo a necessidade cada vez maior de valorização da religiosidade do povo e da ampliação do ecumenismo e do diálogo inter-religioso.

CAMINHANDO...

Creio ser o momento ideal para levantarmos certas questões em relação a tudo isso. A Igreja parece um tanto desorientada pela rapidez dos acontecimentos; pode até parecer desnecessário diante do grandioso papel que a Igreja tem a desempenhar e desempenhou secularmente diante do mundo, mas daqui deste pequeno pedaço do mundo surgem proposições interessantes:

1. Não seria hora de “escutar a voz do povo” sobre alguns desses desafios? Embora a gente saiba que a Igreja não é de perguntar muito; ela é mais de levar (ao povo) do que trazer/receber/aprender (do povo). Como o próprio povo vê esta questão da inculturação?

2. Qual é a cultura dos que evangelizam? Não só dos agentes missionários, não só regional e racial, mas a cultura da congregação, a cultura da Igreja? (cultura do livro, da norma, da lei, dos dogmas, da mística do serviço/sacrifício, do valor da organização/administração, da luta por um mundo melhor baseado na fraternidade que provém de um lugar, de uma determinada cultura, de um determinado modelo de sociedade...). Como o povo vê isso? O nosso significado é o mesmo que o povo dá? Os nossos signos serão os mesmos? Então, por que muita gente procura outros *caminhos* “*espirituais*” para desaguar suas angústias, aspirações, sonhos, anelos de uma alma – ou de um corpo – sedenta/ou de paz, de justiça, de um lugar ao sol?

3. A história da evangelização: missões, desobrigas, dioceses e paróquias enormes que revelam uma fraca presença institucional, levaram a uma autonomia popular.⁸ O povo assumiu papéis relevantes (líderes leigos, leigas) na

⁸ Devido à intervenção do Marques de Pombal na Amazônia foi determinado aos religiosos que aqui missionavam entregar a administração temporal das aldeias ao Estado (executada em 1757/58 com o novo Diretório das Missões). Como os Jesuítas reagissem a essa norma eles foram expulsos da Amazônia e de todo o Brasil. Também vão ser afastados das missões os Franciscanos da Piedade e da Conceição. Os Mercedários vão

organização da vivência religiosa.⁹ Uma mentalidade foi (e está) formada aqui. Isto pode gerar reações a esquemas institucionalizados, a projetos de evangelização totalitários, que se estabeleceram desde o período colonial e ainda hoje realizamos, sob o pretexto de “fazer” missão na Amazônia.

4. Talvez devamos pensar mais além das fortes estruturas e pesada carga administrativa que os agentes têm que carregar. Numa região que se move, antes pelos rios e hoje também pelas estradas, pelas velhas e novas cidades, não seria hora de pensar numa organização que tivesse a *natureza missionária* como caráter, uma marca assumida de verdade, não de tempos em tempos, (como santas missões ou outro modelo), mas como algo que se torna complementaridade, apoio, acompanhamento, familiaridade, que tenha leveza e mobilidade, sem fronteiras... (Igreja peregrina não é isto?)

5. A estrutura orgânica e administrativa atual da Igreja ainda revela a hegemonia (desde a colonização) do mais forte (clero) ou das elites formadas por nós gerando manutenção e continuidade da dominação através dos leigos e leigas, mesmo que algumas práticas tenham mudado, como o estudo da Bíblia, por exemplo. Mas é sempre linguagem de especialistas, necessitada de livro, papel e caneta. Poucos têm acesso a isto, mesmo nos meios urbanos! Contentamo-nos em lidar com minorias privilegiadas ou uma freguesia transitória, sazonal (festas patronais, tempos litúrgicos, meses temáticos, desobrigas). Isso pode ser aplicado às chamadas novas mídias e as redes sociais: tem gente

sair em 1794, quando não mais concordaram com a política estabelecida. A partir de 1760 acontece uma aceleração decadência das missões com a imposição de uma educação e catolicismo iluminista: dessacralização do ensino (laicização). Os aldeamentos/missões foram transformados em vilas/paróquias (ou freguesias), deixaram os índios entregues ao próprio azar e sujeitos à exploração de civis e militares. Muitos espaços foram ocupados pelos leigos/as, especialmente as capelas e lugares distantes das áreas urbanas, originando um catolicismo com características tipicamente caboclas. Apropriaram-se do lugar do padre (*catolicismo sem sacerdote*), tomaram conta das capelas, dos santos, das festas dos padroeiros, tornando-se, algumas vezes, grupos fechados, autônomos e controladores do aparato religioso local (que passa de pai ou mãe, para filho ou filha).

⁹ O povo assimilou um jeito próprio de viver sua fé, que se expressou no meio dos pobres através da solidariedade, partilha, hospitalidade. Alguns desses elementos são frutos da participação dos africanos, que se “acomodaram” à imposição cultural, ou então deixaram bem marcadas seus modos de viver e se expressar diante dos valores cristãos: seus Deuses e Orixás, suas rezas, cantos, danças, batuques e gingados estão bem presentes na “alma amazônica” (misticismo). Foi muito difícil ou mesmo impossível que os elementos culturais afro-ameríndios penetrassem a doutrina e a estrutura litúrgica do catolicismo, mas entraram na parte mais popular, menos vigiada ou controlada pelo clero: nas capelas, nas rezas, nas festas, procissões.

apostando, investindo nisso. Mas, qual é o alcance? Até onde chegamos? A quem alcançamos?... E as pessoas que não têm os instrumentais para isso, como ficam? De novo vão sobrar? Serão as ovelhas perdidas da casa de Israel por não terem acesso às novas mídias, massa sobranse também de nossos novos “esquemas” pastorais?

6. Enfim, creio que precisamos resgatar – dentro de tudo isso – o *sentido da vida em comunidade*. Reconhecendo que nossas comunidades (Cebs ou outros modelos) ainda estão vivas, não mortas ou inadequadas como querem alguns, precisamos reatar a relação destas com as massas abandonadas e sem rumo, manipuladas pelos interesses de alguns. Precisamos estar atentos aos *sinais* que as pessoas emitem, que o povão nos revela, sinais verbais, simbólicos, plenos de significados e prenes de anseios de algo novo.

Diante do individualismo, da primazia do EU, que dá sentido à vida de muita gente, sobretudo no ambiente (ou cultura urbano), – *lugar* de disputa (nas famílias, nos ambientes de trabalho, no trânsito), de estranhamento (“pessoas sem rosto”), de solidão, de perda da identidade (as pessoas passam do rural para o urbano num piscar de olhos), que leva a perdas ou déficits consideráveis como a desorientação, a fragmentação, desilusão, insegurança, do sentido do que é ético, do sentido da vida com o outro, do senso de comunidade – é também *lugar* da solidariedade, da cooperação, da humanização (“eles ainda plantam jardins”): *eis as ovelhas sem pastor*, das quais precisamos ter profunda compaixão (Mc 6, 34).

Precisamos recriar o conceito de missão. Em cada lugar onde haja um déficit de humanidade deverá estar presente a Igreja com todo o seu aparato. Cada agente de pastoral, missionário, evangelizador deverá ser também um “agente de humanização”, antes de tudo para compreender o que está ao nosso redor, sem hostilizar ou condenar, mas ajudar a redescobrir o valor da vida em comunidade: comunidade de fé, de vida, de serviço, de partilha, para acolher, restaurar, preservar a vida do outro. Dar sentido à vida. Ser comunidade de pregação onde o pão seja um direito tanto quanto a Palavra de Deus.

A pergunta que não pode calar: temos condições de realizar tantas belas coisas mantendo as mesmas estruturas atuais, nossas programações anuais, com os mesmos grupos ou movimentos com organização centrada em alguns aspectos da vida sem integração uns com os outros, sem consciência e vivência missionária?

Somente uma evangelização – BOA NOTÍCIA – dialógica e integradora da vida do povo no projeto de Jesus Cristo – e vice-versa – será resposta de esperança e de alegria para a Igreja para nossa gente amazônica.

UMA IGREJA DE ROSTO AMAZÔNICO

Com todos estes desafios, a Igreja amazônica vive e cresce com características próprias, enraizada na sabedoria tradicional e na religiosidade popular, que durante muito tempo alimentou e continua a manter viva a espiritualidade dos povos das florestas e das águas. Enfrenta com alegria as dificuldades das distâncias e da falta de comunicações, a falta de recursos, a falta de quadros bem preparados, para encontrar-se e oferecer sua participação, para que este lugar seja efetivamente “Chão da partilha fraterna, pátria solidária de povos e culturas, casa de muitos irmãos e irmãs. Anúncio de esperança e de paz para os povos da Amazônia e de todo o Brasil”.